

BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

Vladimir Bezerra

Psicólogo, doutorando em Saúde Coletiva pelo Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz).

No campo das ciências sociais o que é imprescindível para o desenvolvimento de reflexões sobre gênero, sexualidade e direitos humanos?

Ainda que a obra *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*, de Berenice Bento, não seja um manual cheio de respostas, à medida que se percorre a consistente produção intelectual de Bento fica evidente o convite que a autora faz ao leitor para que ele mesmo percorra pistas importantes que reafirmam a importância (e a urgente necessidade) de se pensar os fenômenos sociais de modo cada vez mais rigoroso. Com isso, Bento coloca-se claramente como uma pesquisadora atuante, e que evita “conceitos referenciados na binaridade e universalidade”, uma vez que essa perspectiva “produz uma violência epistemológica sutil, porque contribui para reproduzir invisibilidades, especialmente num período histórico da ascensão do pensamento determinista” (p. 48).

Como bem pontua a prefaciadora do livro, Sonia Corrêa, é a partir do questionamento dos “legados epistemológicos que nos chegam das zonas ao norte do Equador” (p. 7) que Bento se destaca. O conjunto de entrevistas e textos reunidos na obra marca claramente os posicionamentos intelectuais e políticos da autora, que não se roga em desconstruir mitos e propor visadas mais sensíveis a temas complexos.

Nesse sentido, Bento propõe dois condutores a suas provocações: uma visada na contracorrente ao iminente perigo de análises pré-fabricadas e a inclusão do Estado sob duas perspectivas – os temas podem ser compreendidos como um “problema do Estado”, e como o “Estado como problema” (p. 7). A esse respeito diz a autora: “o Estado ganha sua concretude nas ações de sujeitos históricos. Fazemos o Estado a cada ato em que o experienciamos” (p. 92).

Logo, se as discussões priorizam a interseccionalidade entre classe, raça e gênero, é na introdução do Estado na problemática de seus temas que Bento firma terreno para debates não como uma produtora de reflexões e conhecimento, mas uma pesquisadora atuante. Diz Bento, “a utilização da expressão ‘atuação’, e não ‘produção’, é proposital” (p. 21). Destarte, os temas abordados se mostram fundamentais para o desenvolvimento de reflexões mais críticas – em que o pesquisador não apenas produz, mas atua no seu campo –, e servem como provocações para novas discussões sobre gênero e sexualidade, especialmente dentro de um contexto contemporâneo no qual o espectro de um pensamento conservador ganha espaço na sociedade.

“Saia da zona de conforto!” É o que parece gritar Berenice Bento a todos nós, cientistas sociais, com seu livro.

A obra dividida entre diálogos, entrevistas, artigos de opinião, ensaios, apresentações de livros e resenhas é uma jornada por temas como transexualidade, violência, preconceito, feminismos, novas configurações de família e leis e direitos de identidade social e de acesso à saúde.

Para todos os debates propostos, as análises de Bento partem do próprio desconforto e da interrogação que faz às categorias universais amplamente utilizadas nas ciências sociais, inclusive no que se refere às produções acadêmicas sobre gênero e sexualidade que ora e outra “ocultam hierarquias e dinâmicas de poder” (p. 8).

Claramente alinhada ao pensamento de Paulo Freire ao considerar que teoria e prática não podem estar desassociadas no cotidiano dos pesquisadores, Bento perfaz inclusive uma autocrítica ao feminismo acadêmico atual:

[...] a questão de gênero é abordada quase exclusivamente como um tema de pesquisa nos espaços confortáveis de nossas salas de aula ou em nossos gabinetes de trabalho. Assim, é possível encontrarmos programas de disciplinas muito bem elaborados sobre gênero e sexualidade, teses e outras pesquisas brilhantes sobre os mesmos temas, [...]. Embora todas essas atividades sejam importantes e também estejam no meu cotidiano, não consigo alcançar o porquê de pesquisadoras que assumem a identidade política de “feministas” não se mobilizarem, por exemplo, quando uma lésbica é duramente espancada na universidade, quando uma estudante trans é proibida de usar o banheiro feminino, quando não se soma à reivindicação pela criação de creches nas universidades. O feminismo nas universidades brasileiras está institucionalizado. Vive correndo atrás das migalhas dos editais do Governo Federal. O feminismo acadêmico tornou-se um tipo de “feminismo de Estado”, expressão que me causa certa náusea. (p. 22)

Na seção “Comunicações”, e em aprofundamento da questão sobre os feminismos em “Los limites de los Derechos Humanos” (p. 63-74), Bento realiza uma revisão genealógica das teorias feministas e critica as limitações de algumas vertentes do feminismo no que se refere ao dimorfismo sexual e às recorrentes análises que tomam a noção de sexo como natureza e gênero como cultura.

Em “Sexualidad y experiencias trans: del hospital a la habitación” (p. 75-85), “A luta mundial pela despatologização do gênero” (p. 87-95), “Um cavalo de Tróia chamado PL 72/2007” (p. 183-185), ao abordar a transexualidade, Bento mergulha em reflexões provocativas sobre “transcidadania”, o debate promovido pelo Estado sobre identidade de gênero, e o “processo transexualizador” no SUS, além de questionar a legitimidade científica do Manual Diagnóstico e



Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e dos mecanismos médico-jurídicos que insistem na patologização das identidades trans.

Na seção “Ensaio”, especificamente no texto “Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil” (p. 231-236), Bento aponta para a complexa trama de tensões e complicadores fundamentais para uma análise acurada da violência de gênero. Entre outros pontos, a autora alerta para a persistência no Brasil e no mundo de um determinismo biológico perverso e limitante que restringe cidadãos ao acesso aos seus direitos. Também indica que os próprios múltiplos saberes que se articulam para patologizar as experiências trans podem ser considerados como um dispositivo de controle na relação saber-poder. O conjunto dessas leituras leva a um entendimento de que as fronteiras entre o normal e o patológico podem (e devem) ser borradas – senão destruídas –, de modo a se alcançar avanços significativos na qualidade dos debates.

As análises de Bento demonstram que seu desconforto a impulsiona a um embate contra o constante risco de se reduzir a complexa dinâmica social, econômica, cultural e política que envolve as questões acerca da identidade de gênero a uma simples reivindicação de direito (sexual ou de gênero). Análises nessa perspectiva reducionista promovem – segundo a autora – um “apagamento do desejo e sexualidade dos sujeitos que demandam modificações mais radicais em seus corpos” (p. 75, tradução nossa);¹ e continua com um questionamento: por que falar da sexualidade “das pessoas trans? [...] é como se estivéssemos diante de uma espécie humana diferenciada” (p. 75, tradução nossa).² Mais que isso, suas reflexões fazem o leitor questionar-se sobre onde se localiza, de fato, o debate entre o Estado e a população trans? Em que momento essas vozes marginalizadas são visibilizadas?

A seção “Entrevistas” revela um arcabouço teórico consistente e reforça seu posicionamento como uma pesquisadora atuante. Não poupando críticas novamente ao ambiente acadêmico ao qual faz parte e que – segundo Bento – ainda se prende a conceitos estanques que perpetuam produções domesticadas que autorizam práticas sociais de manutenção das violências, a autora propõe uma possível saída ao problema: “lutar pela abolição do gênero, esvaziá-lo de seu caráter opressor” (p. 155), a partir do exercício da “negação da identidade como uma essência”, “do combate ao binarismo identitário” e da “interpretação do corpo como um lugar de combate e disputas” (p. 133). Diz Bento:

¹ “[...] un apagamiento del deseo y sexualidad de los sujetos que demandan cambios más o menos radicales en sus cuerpos” (p. 75).

² “Es como se estuviéramos delante de una especie humana diferenciada” (p. 75).

Eu não quero esse lugar para mim. Recuso-me a tornar-me uma “feminista acadêmica de Estado”, um oxímoro ininteligível. No feminismo, eu encontrei a promessa da complexificação da análise e da luta política, antes empobrecida por uma visão determinista da luta de classe. Descobri, no entanto, que era muito tentador trocar um determinismo (de classe) por outro (de gênero). (p. 23)

Nessa ótica, a autora questiona duramente o papel das universidades “no âmbito das disputas culturais para transformação das relações sociais marcadas pelas hierarquias e assimetrias” (p. 23). Um exemplo disso é quando em “A cerveja e o assassinato do feminino” (p. 201-203) se desloca a concepção de feminismo de uma posição exclusivamente política para falar das mais variadas expressões do “feminino” que são sistematicamente desvalorizadas pela lógica machista cis-heteronormativa predominante na sociedade. “As famílias que ‘habitam’ a família” (p. 213-215) dá conta de um ideal de família canônica, com divisões binárias das tarefas a partir das diferenças sexuais: “(ao homem a rua, à mulher o lar) e a imagem do lar como espaço de conforto espiritual, do lócus interdito aos conflitos e às disputas, são imagens idílicas que guardam pouca conexão com a realidade” dos dias atuais (p. 213).

Na seção “Apresentações de livros”, Bento discorre sobre os trabalhos de pesquisa de a) Leandro Colling e a importância dos estudos decoloniais na produção de conhecimentos que deslocam nossa atenção do hemisfério norte para “novas possíveis interlocuções” (p. 254); b) Flávia Teixeira, que reflete sobre os sujeitos excluídos de sua cidadania; c) Arim do Bem e as questões de imigração e racismo; d) Jorge Leite Júnior e a “politização das identidades abjetas” (p. 237); e) Larissa Pelúcio, que reflete sobre os “entrelugares do desejo e da abjeção” (p. 287).

A seção “Resenhas” também merece especial atenção, principalmente por formar um precioso espaço de interlocução de Bento com outros autores. De modo geral, é onde a autora reafirma seu posicionamento crítico a uma “‘academia bolorenta’ que ainda insiste em discutir gênero nos marcos de “estudos de/para mulheres”, condicionando a masculinidade ao homem XY e a feminilidade à mulher XX” (p. 288). Também é possível inferir que nessas resenhas Bento mais uma vez propõe rompimentos com molduras conceituais e discursivas e lança seus leitores a reflexões mais audaciosas sobre limites e tensões relacionadas ao gênero, à sexualidade e aos direitos humanos. Em certo grau, Bento convoca pesquisadores a um posicionamento, especialmente ao questionar lugares tradicionais do conhecimento e da exacerbada neutralidade científica; isso se expressa nos verbos que a autora utiliza para tecer suas reflexões sobre os perigos da universalidade e da binaridade conceituais: abolir, resistir e combater são alguns exemplos.

Em um momento no qual a crescente produção de estudos *queer* sobre práticas sexuais dissidentes e identidades de gênero marginalizadas sofre controle, censura e duras críticas de alas mais conservadoras das instituições públicas ligadas à pesquisa (inclusive dentro da própria academia), a fluidez do livro de Bento é um sopro de ar revigorante para estudantes e docentes das ciências humanas e sociais engajados em seus contextos de pesquisas, principalmente em meio a tempos tão retrógrados e um futuro ainda mais nebuloso.